



**República de Moçambique
Conselho de Ministros**

**ESTRATÉGIA
DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM MOÇAMBIQUE
(2010-2015)**

“Por um Moçambique Alfabetizado e em Desenvolvimento Sustentável”

Aprovada pelo Conselho de Ministros aos 01 de Março de 2011.

Índice

Acrónimos ou Chave de Siglas e Abreviaturas	3
Definição de Termos-Chave	4
Sumário Executivo	6
I. Introdução.....	9
II. Contextualização.....	11
2.1. Situação Actual	12
2.2. Pertinência da Estratégia	13
2.3. Análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.....	14
2.4. Visão, Missão e Princípios Fundamentais	16
III. Desafios e Objectivos.....	18
3.1. Desafios da Estratégia.....	18
3.2. Objectivo Geral	18
3.3. Objectivos Específicos.....	18
3.4. Grupos-Alvo	19
IV. Pilares da Estratégia	19
4.1. Primeiro Pilar: Acesso e Retenção	19
4.2. Segundo Pilar: Melhoria da Qualidade e Relevância	19
4.3. Terceiro Pilar: Reforço da Capacidade Institucional	20
V. Directrizes para a implementação	20
5.1. Responsabilidades	21
5.2. Gestão	21
5.3. <i>Administração</i>	21
5.4. Logística	22
VI. Estratégias de Financiamento	23
VII. Monitoria e Avaliação.....	24
7.1. Monitoria	24
7.2. Avaliação.....	24
7.3. Uso e divulgação da informação.....	25
Anexo I: Matriz de Objectivos, Acções Estratégicas e Resultados	26
Primeiro Pilar: Acesso e Retenção	27
Segundo Pilar: Melhoria da Qualidade e Relevância	29
Terceiro Pilar: Reforço da Capacidade Institucional	32
Anexo II: Cronograma de Acções e Custos da Implementação da Estratégia	377

Acrónimos ou Chave de Siglas e Abreviaturas

AEA	Alfabetização e Educação de Adultos
Alfalit	Alfabetização e Literatura
Alfa-Rádio	Alfabetização pela Rádio
CapEFA	Desenvolvimento da Capacidade de Educação para Todos
CCDC's	Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências
CFQAEA	Centros de Formação de Quadros de Alfabetização e Educação de Adultos
CONFINTEA VI	VI Conferência Internacional de Educação de Adultos
DINAEA	Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos
DIPLAC	Direcção de Planificação e Cooperação
DPEC	Direcção Provincial de Educação e Cultura
ENF	Educação Não-Formal
EPT	Ensino Técnico Profissional
Felitamo	Projecto de Alfabetização feminina Angola e Moçambique
FTI	Iniciativa Acelerada da Educação Para Todos (Fast Track Initiative)
GT	Grupo de Trabalho
IFEA's	Institutos de Formação de Educadores de Adultos
IFP's	Institutos de Formação de Professores
INEA	Instituto Nacional de Educação de Adultos
LIFE	Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento
MCCD	Membros dos Conselhos Consultivos Distritais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIC's	Inquérito de Indicadores Múltiplos
MINED	Ministério da Educação
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG's	Organizações Não Governamentais
OTEO's	Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias
PEEC	Plano Estratégico da Educação e Cultura
PQG	Programa Quinquenal do Governo
Reflect	Abordagem integrada Paulo Freireana com o Diagnóstico Rápido Participativo
SDEJT	Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia
UCM	Universidade Católica de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
UP	Universidade Pedagógica
ZIP's	Zonas de Influência Pedagógica

Definição de Termos-Chave

Alfabetização - Aquisição e aplicação de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo.

Alfabetizador: Indivíduo facilitador do processo de aprendizagem básica da leitura, escrita e cálculo.

Alfabetizando: Sujeito activo no processo de aprendizagem básica da leitura, escrita e cálculo.

Alfabetização Funcional: Aprendizagem através de um conjunto de actividades de leitura, escrita e cálculo que permitem que as pessoas, individual ou colectivamente, apliquem os seus conhecimentos de forma efectiva para a melhoria das suas condições de vida e da comunidade.

Ambientes de Alfabetização: Contexto favorável à aprendizagem e uso da leitura, escrita e cálculo.

Andragogia: Arte e ciência que orienta o processo de aprendizagem de jovens e adultos.

Aprendizagem: Forma sistemática ou assistemática de construção de conhecimentos, atitudes e habilidades.

Aprendizagem ao longo da vida: Toda a actividade de aprendizagem, em qualquer estágio da vida, cujo objectivo é melhorar os conhecimentos, as aptidões e as competências, com vista à promoção da cidadania. É também designada por educação permanente.

Competências: Conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades necessários para a resolução de problemas num determinado contexto.

Educação Básica: Conjunto de actividades desenhadas para aquisição e desenvolvimento de conhecimentos gerais e competências elementares necessários ao indivíduo na vida em sociedade.

Educação de Jovens e Adultos: Processo de aprendizagem formal, não formal e informal, em que jovens e adultos desenvolvem habilidades, conhecimentos e atitudes, aperfeiçoando as suas qualificações técnicas e profissionais, na perspectiva de satisfazer as suas necessidades, da comunidade e da sociedade em geral.

Educação Formal: Sistema escolar, estruturado e institucionalizado, que obedece a etapas, segundo um plano de estudos, papéis definidos para educandos e educadores, e culmina com uma certificação.

Educação Informal: Aquisição assistemática de conhecimentos, habilidades e atitudes, através de experiências em diferentes contextos.

Educação Não-Formal (ENF): Conjunto de actividades educacionais, organizadas e sistemáticas, realizadas fora do quadro do sistema formal de ensino, flexíveis em tempo, local e na adaptação dos conteúdos às necessidades dos educandos.

Educador: Indivíduo, com formação profissional, que facilita o processo de aprendizagem pós-alfabetização.

Empoderamento: Processo que conduz as pessoas, organizações e comunidades a tomar consciência das suas competências e potencialidades para controlar a sua própria vida e gerir os seus destinos.

Ensino centrado no formando/alfabetizando: Processo de ensino e aprendizagem em que o formando/ alfabetizando é o sujeito activo na construção do conhecimento.

Ensino profissionalizante: É o tipo de ensino que se caracteriza pela preparação do público beneficiário para o mercado laboral, (empreendimento de um negócio) (e isto profissionalizante!) ou para fazer frente às exigências do quotidiano.

Formação Vocacional: Desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades necessários para o indivíduo exercer uma actividade profissional, de acordo com o seu talento, inclinações e necessidades.

Habilidades para a vida: Conjunto de conhecimentos, atitudes e comportamentos necessários para saber fazer, estar e ser.

Literacia: Comunicação básica através da leitura e escrita no domínio da vida.

Necessidades Básicas de Aprendizagem: Conhecimentos, competências, atitudes e valores necessários aos indivíduos para sobreviver, melhorar a qualidade de vida, continuar a aprender e participar efectivamente na vida social, económica e política.

Numeracia: Capacidade de usar números, fazendo cálculos básicos de forma efectiva para resolver problemas do dia-a-dia.

Pós-alfabetização: Conjunto de actividades de seguimento para consolidar as competências adquiridas na alfabetização e ampliar outros conhecimentos.

Sociedade Civil: No contexto desta Estratégia, por sociedade civil se entende o conjunto de organizações (ONG's, associações comunitárias de base, igrejas, sindicatos, associações de empresários, etc.) e instituições (universidades e institutos superiores de investigação privados, meios de comunicação social privados, etc.) que não fazem parte do Aparelho do Estado.

Sumário Executivo

A alfabetização assume um papel preponderante nos esforços do Governo de combate à pobreza, por isso, liderou o processo de elaboração da segunda Estratégia, que visa aumentar as oportunidades de educação básica dos jovens e adultos, através de um conjunto de acções integradas das instituições do governo e não-governamentais, para a redução da taxa do analfabetismo dos actuais 48,1% para 30% em 2015, contribuindo desta forma para promoção da cidadania e redução da pobreza.

As demandas que se colocam para o Sector da Educação e seus parceiros, na área de Alfabetização e Educação de Adultos para o alcance das metas do Milénio, incluindo as de Dacar, exigem o estabelecimento de uma plataforma de trabalho entre todos os intervenientes, havendo a necessidade de assegurar o acesso e a retenção, a melhoria da qualidade e o reforço da capacidade institucional, de forma a responder, da melhor maneira, aos desafios de erradicação de analfabetismo e, contribuir dessa forma, para o desenvolvimento sócio-económico do País.

Esta Estratégia está alinhada com os Objectivos do Programa Quinquenal do Governo, operacionalizados no Plano Estratégico do Sector da Educação. Além do alinhamento vertical e horizontal entre o nível nacional, local e a coordenação intra-sectorial entre o subsector de Alfabetização e Educação de Adultos com os subsectores do Ensino Primário e Secundário do curso nocturno, respectivamente, através do envolvimento das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP's) e das escolas primárias como epicentros. Caberá aos directores das escolas fazer a gestão da Educação de Adultos, através da tutoria dos Centros de Alfabetização em torno das suas escolas. Por outro lado, deverá haver uma coordenação com o Ensino Técnico Profissional, particularmente, na Educação Não Formal (ENF) que propicie actividades educativas que criem habilidades e aptidões profissionalizantes e de assunção de comportamentos e atitudes socialmente positivas.

A Estratégia, foi desenvolvida com a visão de, por um lado, proporcionar uma oportunidade a pessoas jovens e adultas de ambos os sexos, com atenção especial à mulher e à rapariga, com idade igual ou superior a 15 anos, não alfabetizados, ou que não tenham concluído o primeiro ciclo do primeiro grau, do nível primário, para que sejam alfabetizados e, por outro lado, promover a aprendizagem ao longo da vida.

A missão é de promover a educação básica equitativa e a aprendizagem ao longo da vida para jovens e adultos, em parceria com a Sociedade Civil, reconhecendo a educação como atributo essencial para o desenvolvimento, económico, social, cultural e humano, reduzindo a actual taxa de analfabetismo de 48,1% para 30% em 2015, contribuindo desta forma para a redução da pobreza em Moçambique.

A estratégia vai beneficiar a todas instituições públicas e privadas, em particular, para Jovens e adultos em idade activa de ambos sexos, incluindo pessoas portadoras de deficiência, instituições do Governo, Parceiros, Sector Privado, Lideranças comunitárias, ONG's, Sociedade Civil e Sindicatos.

O *Acesso e Retenção* configuram-se como sendo elementos fundamentais para o sucesso da educação e exercício da cidadania, uma vez que, através deles, se resguarda a entrada e permanência de jovens e adultos nos programas de educação, em todos os níveis, saindo com competências e habilidades requeridas de leitura escrita e cálculo e sua utilização para a vida, permitindo enfrentar, de forma sustentável, os desafios da mudança e do desenvolvimento.

Nesse sentido, o esforço a ser empreendido é o de criar condições para que estes grupos estejam suficientemente motivados para frequentarem os cursos oferecidos nos programas de AEA e prosseguirem os seus estudos até elevados níveis de escolaridade. Trata-se aqui de garantir que os grupos-alvo se beneficiem de forma igualitária das oportunidades, de acordo com as suas especificidades.

A qualidade de ensino tem que ser entendida como satisfazendo critérios bem definidos que expressam: Definição de critérios pedagógicos e sociais; explicitação de indicadores; planificação e execução de estratégias de avaliação mais amplas para validação da qualidade de ensino desejado. Nesta área serão revistos o currículo, os materiais de alfabetização e realizadas acções de formação e capacitação, acções no âmbito de Habilidades para a Vida, Género, Prevenção e Combate a Doenças Endémicas, incluindo a Pandemia do HIV e SIDA, em parceria com outros intervenientes a todos os níveis, com profissionais capazes de responder com eficiência e eficácia às atribuições e desafios que se colocam na implementação da Estratégia de AEA.

Para a implementação eficiente e eficaz da Estratégia de AEA, é necessário, a partir do ano 2010 reforçar e desenvolver a capacidade institucional da DINAEA a nível local, distrital, provincial e central e das organizações da Sociedade Civil envolvidas na implementação de programas de AEA em todo o país.

A prioridade deve ser dada primeiramente ao nível local e ir avançando para os outros níveis, pois, deve-se partir do princípio que o centro das atenções reside onde se encontra o processo de ensino-aprendizagem, daí a necessidade de criação de todas as condições essenciais para os resultados desejados. Assim, na implementação da estratégia de reforço da capacidade deve dar-se primazia aos Institutos de Formação de Educadores de Adultos (IFEAs) e às Instituições de Formação Profissional para o auto-emprego e emprego (INEFP), Institutos de Formação de Professores (IFPs).

Cabe ao Estado, através do MINED, desempenhar o papel de facilitador, assim, deve ser, por um lado, provedor de políticas e estratégias, currículos, livros e fazer a monitoria e avaliação da implementação e, por outro lado, o Estado deve garantir a articulação e coordenação entre os diferentes sectores (nomeadamente Agricultura, Defesa Nacional, Mulher e Acção Social, Juventude e Desportos, Saúde), parceiros de cooperação multilateral e bilateral, sociedade civil, empresas públicas e privadas, confissões religiosas e Movimento de Educação para todos, na implementação da segunda Estratégia. Com efeito, cabe ao Estado, estabelecer as devidas ligações entre as acções desenvolvidas pelos parceiros e as políticas nacionais, tendo em conta os compromissos internacionais, tanto na área de alfabetização (iniciativa LIFE e outras), bem como na promoção do desenvolvimento económico e social do País (os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio).

Aos Parceiros de Cooperação Bilateral ou Multilateral cabe o papel de apoiar a implementação dos Programas de AEA, provendo recursos humanos (assistência técnica), materiais e financeiros, além de participarem nas acções de promoção, marketing, advocacia e sensibilização ao nível das suas sedes sobre a importância da implementação da Estratégia, como contributo para ter um *Moçambique Livre do Analfabetismo*.

Aos parceiros nacionais através dos Governos Locais, para além de garantir a articulação e coordenação cabe o papel de, em parceria com a Sociedade Civil, Empresas Públicas e Privadas, Programas e Projectos financiados pelos Parceiros de cooperação, Confissões Religiosas, Escolas, Centros de Alfabetização e Educação de Adultos e outras formas de organização das comunidades, fazer a provisão de recursos e a implementação dos programas e iniciativas de alfabetização nas suas diferentes formas, incluindo habilidades para vida, nomeadamente *Alfa-Regular, Alfa-Rádio, Alfalit, Família Sem Analfabetismo, Reflect e Alfa em línguas locais*.

O Governo tem um potencial, para junto dos seus parceiros, do sector privado e outros, mobilizar recursos para o desenvolvimento de acções de alfabetização e educação de adultos. Para uma melhor gestão dos recursos destinados a implementação de Programas de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação não-Formal se preconiza, como acção estratégica, a criação do Fundo da Alfabetização e Educação de Adultos e Educação não-Formal.

Para a concretização deste postulado, deverão ser realizadas acções de mobilização e sensibilização para garantir o envolvimento dos potenciais contribuintes deste fundo, que são o governo, a sociedade civil, os parceiros de cooperação sector privado e outros. Existem outros organismos, em particular, as ONG's nacionais e internacionais e as confissões religiosas que através de projectos disponibilizam recursos humanos e financeiros para a alfabetização. Estes devem ser estimulados a alimentar o Fundo da alfabetização.

O processo de monitoria geral da implementação da Estratégia é da responsabilidade do Governo, através dos seus órgãos existentes ao nível territorial, nomeadamente a DINAEA, DPEC's e os SDEJT's, que em parceria com os diferentes actores procederão o acompanhamento da implementação da Estratégia.

De forma a assegurar a objectividade da análise, conclusões e recomendações, as avaliações deverão ser feitas por equipas independentes, compostas, principalmente, por especialistas em avaliação de programas de AEA, tanto nacionais, como externas (sempre que se justificar), cuja tarefa será de, por um lado, apreciar, analisar, avaliar e validar quantitativa e qualitativamente os processos e resultados, nas diferentes fases de implementação da Estratégia, quanto à performance dos alfabetizadores, à qualidade dos materiais e respectivo uso, o grau de desistência, de entre outros elementos do processo de ensino-aprendizagem e, por outro lado, à recolha e tratamento de dados estatísticos ligados aos Institutos de Formação e programas de AEA que operam no marco da implementação da Estratégia.

I. Introdução

A Constituição da República de Moçambique define a Educação como direito e dever de cada cidadão, por isso, o Estado promove a extensão da Educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos (Artigo 88º), promove uma estratégia de educação visando a unidade nacional, a erradicação do analfabetismo, o domínio da ciência e da técnica, bem como a formação moral e cívica dos cidadãos (Artigo 113º).

Na materialização do postulado na Constituição, o Sistema Nacional da Educação (Lei 4/83 actualizado pela Lei 6/92) e o Governo, nos seus Programas Quinquenais, prioriza a alfabetização de jovens e adultos como alicerce para a construção do conhecimento e das habilidades para a vida, uma contribuição nos esforços de desenvolvimento humano e de combate à pobreza em Moçambique.

Com efeito, em 2001, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não-Formal (AEA e ENF), a primeira depois da Independência Nacional, cujo horizonte temporal previa o término da implementação em 2005 mas esta prolongou-se até 2010, enquanto se desenvolvia a presente Estratégia.

Na altura da implementação da primeira Estratégia, a taxa de analfabetismo era de 60,5%, para uma população de 17 000 000, o que significa em termos absolutos que 10 285 000 pessoas jovens e adultas de 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever. A implementação da primeira Estratégia resultou na redução da taxa de analfabetismo para 48,1%, o correspondente a 9 860 500 pessoas da actual população de 20 500 000 (INE, 2007).

Portanto, de 2001 a 2008 foram alfabetizadas 2 542 000 pessoas. A redução da taxa de analfabetismo deveu-se ao envolvimento de parceiros da sociedade civil, da introdução de iniciativas como *Família Sem Analfabetismo*, *Distrito Livre de Analfabetismo* e programas de alfabetização pela Rádio, Alfalit, Reflect, Felitamo, entre outros, e a adopção da estratégia de responsabilização das instituições escolares para a gestão dos centros de Alfabetização e Educação de Adultos. Apesar dos avanços alcançados a actual taxa ainda constitui desafio para o logro da erradicação de analfabetismo no país.

A elaboração da segunda Estratégia tem em vista fazer face aos desafios identificados no diagnóstico, cujos resultados se podem ler no *Relatório da Análise da Situação de Alfabetização em Moçambique*, produzido em 2008, tendo o conteúdo deste, sido objecto de consulta no *Colóquio Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos* ocorrido em Setembro de 2008, no Instituto Nacional de Educação de Adultos da Beira (INEA) e observou diferentes momentos importantes. O primeiro momento, consistiu na revisão da literatura relevante sobre a AEA, entrevistas e consultas com informantes-chave ao nível do Ministério da Educação e Parceiros com o objectivo de colher informações e opiniões sobre a revisão, assim como as formas de coordenação subsectorial, para a implementação da segunda Estratégia de AEA.

O segundo consistiu na análise e apreciação da proposta do documento da Estratégia por uma equipa multidisciplinar e multisectorial composta por técnicos de instituições governamentais e não-governamentais, parceiros e membros do Grupo de Trabalho AEA que definiu um protótipo para a versão final da Estratégia.

O terceiro foi caracterizado por consultas à sociedade civil, confissões religiosas e instituições governamentais e não-governamentais, tendo sido bastante participativo.

O presente documento apresenta a segunda Estratégia de AEA e integra os seguintes capítulos: I. Introdução que descreve o quadro legal e político de sustentação; II. Contextualização, aborda a

situação actual, pertinência da Estratégia, Análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, Visão, Missão e Princípios Fundamentais; III. Desafios e Objectivos, explicita os objectivos e as áreas nas quais assentam os pilares da Estratégia; IV. Pilares da Estratégia, conduz ao entendimento profundo do enfoque sobre o qual a Estratégia será implementada; V. Directrizes para Implementação, consiste nas orientações e procedimentos a ter em conta na implementação da Estratégia; VI. Estratégia de Financiamento, apresentam-se os mecanismos a serem seguidos para o financiamento da Estratégia; VII. Monitoria e Avaliação, orienta para um melhor acompanhamento e avaliação da implementação da Estratégia e, em anexo, as Matrizes de Acções e Cronograma de Custos de Implementação.

II. Contextualização

A Estratégia é um instrumento de orientação das acções de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique, que surge da necessidade de aumentar as oportunidades de aprendizagem das pessoas jovens e adultas de modo a melhorar a sua participação consciente e activa na construção das suas condições de vida e das comunidades onde vivem.

Apesar dos sucessos alcançados durante a implementação da primeira Estratégia de AEA, a taxa de analfabetismo contínua elevada (48,1%) com incidência para as províncias do Norte e Centro do país. Assim, do diagnóstico da situação de AEA realizado em 2007 e 2008 e das avaliações em Reuniões Nacionais do Sector anuais constou-se a existência de desafios que se prendem com:

- Dificuldades de retenção dos alfabetizandos e alfabetizadores nos Programas de AEA;
- Fraca adesão dos jovens e adultos do sexo masculino em programas de AEA;
- Limitação dos alfabetizadores por insuficiência de formação;
- Irregularidade no pagamento do subsídio aos alfabetizadores;
- Desenvolvimento de Programas de AEA, com materiais em línguas moçambicanas e alfabetizadores e educadores de adultos não formados nestas línguas;
- Intervenção limitada das Universidades, IFEA da Beira (Sofala) e outras instituições de formação na implementação de acções estratégicas definidas nas áreas de desenvolvimento curricular, formação de formadores e alfabetizadores;
- Inobservância da implementação do Manual de Procedimentos que regula as actividades dos diferentes intervenientes na área de AEA;
- Escassez de recursos humanos, materiais e financeiros.

Dentre as várias acções de Alfabetização e Educação de Adultos e educação não-formal implementadas, em todo o país, a partir da Estratégia Alfabetização e Educação de Adultos (2001-2005) e do Plano de Acção, destacam-se:

- Formação de alfabetizadores em metodologias de AEA;
- Concepção, desenvolvimento e experimentação de um currículo de Alfabetização de Adultos direccionado às necessidades do público-alvo;
- Concepção de um programa de Educação Não-Formal com cursos diversificados;
- Revisão de materiais (livros e manuais) de alfabetização;
- Elaboração de livros e manuais em Português e em línguas moçambicanas para a implementação do currículo;
- Criação de cinco IFEA's como resultado da transformação dos Centros Provinciais de Formação de Alfabetizadores e do INEA.

A Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) para o período 2010-2015 representa o compromisso do governo em desenvolver acções com vista a erradicação do analfabetismo, prevista no seu Programa Quinquenal, serve de base para a coordenação inter e intra-sectorial e para o envolvimento da sociedade civil e sector privado e é resultado da necessidade de actualizar as orientações e estratégias do subsector de Alfabetização e Educação de Adultos, em articulação com os esforços do governo de combate à pobreza, uma vez concluída a implementação da primeira Estratégia e do seu respectivo Plano de Acção.

2.1. Situação Actual

O acesso de jovens e adultos de ambos os sexos aos programas de AEA aumentou na ordem dos 50%, permitindo uma redução da taxa de analfabetismo em cerca de 10%, de 60.5% em 2001 para 50,4% em 2007, segundo os dados do INE e para 48,1%, em 2008, de acordo com os dados do Inquérito do Indicadores Múltiplos (MIC's).

A taxa de analfabetismo varia significativamente de região para região e entre as diferentes faixas etárias e sexo. Em 2007, o índice de analfabetismo nas zonas rurais era de 65.5%, enquanto nas zonas urbanas a população adulta analfabeta representava 26.3%. A taxa de analfabetismo era maior entre as mulheres (64.2) comparativamente a dos homens (34,6%) o que revela que aquelas enfrentam maiores dificuldades de acesso ao ensino, sobretudo no meio rural, onde este índice é de 81.2% contra 46.1% dos homens como se pode observar na tabela 1.

Tabela 1: Taxas de analfabetismo por região e sexo em 2007, segundo dados do INE 2007

Região	Mulheres	Homens	Total
País	64,2	34,6	50,4
Urbano	37,8	13,9	26,3
Rural	81,2	46,1	65,5

Em 2007, as taxas de analfabetismo oscilam entre 9,8% (Cidade de Maputo), no Sul, e 66,6% (Cabo Delgado), no Norte. As Províncias de Niassa (62,3%), Nampula (62,4%), Zambézia (62,6%), e Tete (54,6%) apresentam a situação mais crítica, com taxas acima da média nacional (50,4%). Estes dados demonstram que o nível de analfabetismo na maior parte das províncias do norte continua alto, apesar da redução gradual que se tem vindo a observar no país. O grupo mais alfabetizado é o dos mais jovens e a maior diferença em termos de taxas de analfabetismo nota-se entre os mais jovens de sexo masculino (27%) e os adultos do sexo feminino (94%) (UNESCO, 2008).

Embora se tenha verificado um aumento gradual e substancial do acesso de alfabetizandos aos Programas de AEA durante a implementação da primeira Estratégia, a retenção deste grupo, no sistema, até ao fim do ano, sobretudo das mulheres e dos alfabetizadores é preocupante.

Certamente, vários factores podem se apontar para as desistências, de entre eles:

- Insuficiente formação dos alfabetizadores (a grande maioria são voluntários¹ têm baixa formação académica e não possuem formação específica na área de AEA);
- Desmotivação por irregularidades no pagamento do subsídio dos alfabetizadores (atrasos, descontinuidade nos pagamentos);
- Insuficiências na provisão de material didáctico e de um ambiente literário apropriado nos Centros de AEA.

Os alfabetizandos do sexo feminino têm dificuldades de se manter nos programas, devido ao seu papel social, económico e cultural que exercem na família e na sociedade moçambicana rural e com menos rendimentos. Por isso, a retenção dos homens é comparativamente maior que a das mulheres, embora a adesão destes aos Programas de AEA seja reduzida, recomendando-se estudos aprofundados para a busca de reais causas de evasão.

Constituem ainda motivos de atenção especial, nomeadamente, a mobilização e sensibilização da população, em particular dos líderes comunitários, a duração dos cursos, devendo ser menos longos, a harmonização entre o calendário sazonal e o calendário escolar, adoptando calendários ajustados às responsabilidades sociais dos adultos, o cumprimento das metas dos efectivos definidos, a manutenção do rácio por turma de AEA (35 alfabetizandos/1 alfabetizador) e a aplicação das Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias (OTEO's) que podem contribuir negativamente na permanência dos alfabetizandos nos Centros.

Na área da Qualidade, destaca-se a oferta e procura de diversos programas de AEA, nomeadamente, Alfa regular em português e em Línguas locais, Alfa rádio, Alfalit e Reflect. Entretanto, constatações de missões de supervisão aos programas têm apontado para a preferência dos alfabetizandos pelo Alfa Regular, alegadamente por proporcionar oportunidades de continuidade noutros níveis de ensino, bem como o acesso ao emprego como serventes, escriturários, professores, entre outros. Este facto sugere o desenvolvimento de programas que atendam às aspirações do público jovem e adulto objecto da presente Estratégia.

2.2. Pertinência da Estratégia

A I Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos para o período de 2001 a 2005 estendeu-se até 2009. Terminada a sua vigência mostra-se pertinente estabelecer directrizes orientadoras do subsector, através de uma Estratégia actual e ajustada aos desafios que se colocam para a AEA, devendo constituir-se na principal **Plataforma de Acção para todos os Intervenientes**. Assim sendo, a II Estratégia de AEA materializa o compromisso do Governo na erradicação da pobreza, promovendo o desenvolvimento humano, por um lado, e, por outro, a realização das metas do Milénio e da Educação para Todos.

A Estratégia II tem em conta a análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças e enuncia as principais acções estratégicas a serem implementadas no período 2010/15, no domínio de alfabetização e educação de adultos e é direccionada para todos os cidadãos não alfabetizados de ambos os sexos que não concluíram o primeiro ciclo do nível primário escolar de modo a

¹ Alfabetizadores Voluntários – Com vínculo contratual precário.

adquirirem habilidades de leitura, escrita e cálculo e sejam estimulados para aprenderem ao longo da vida.

2.3. Análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Esta análise permitiu compreender os ambientes, interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças), para a definição de acções tendentes ao sucesso da implementação da segunda Estratégia. Assim, os pontos fortes desta estratégia estão relacionados com a vontade política do Governo expressa nos diferentes documentos formais, a experiência acumulada na implementação da primeira Estratégia, pelo subsector de AEA com os diferentes instituições e parceiros, a ampliação do sistema de colecta de dados de alfabetização com a integração da Educação não-Formal, interesse na articulação inter e intra-institucional na implementação de ENF e o financiamento proporcionado pelo Governo e parceiros apesar de sua exiguidade.

Estas forças representam vantagens comparativas dos programas de alfabetização, a partir das quais foram estabelecidas acções estratégicas. Por seu turno, os pontos fracos mais salientes estão relacionados com a articulação, coordenação e comunicação multisectorial ainda insuficientes, a inexistência de um mecanismo que garanta o financiamento da AEA de forma partilhada; a insuficiência de recursos (humanos, financeiros e materiais) e fragilidade dos fóruns de articulação e coordenação. Estas situações claramente inadequadas poderão proporcionar uma desvantagem na implementação da segunda Estratégia, pelo que foram acauteladas nas acções estratégicas.

Durante a análise foi constatado que as oportunidades estão relacionadas com a existência de: políticas sobre AEA, de grupos e fóruns de diálogo entre o Governo e Parceiros, de processos de reformas no sector da Educação, particularmente na AEA e ENF, a implementação de programas diversificados de AEA e as acções de responsabilidade social das empresas públicas e privadas.

As possíveis ameaças identificadas são: o insucesso na articulação com os Sectores e outros intervenientes na AEA, a baixa qualidade dos programas, a desistência em massa dos alfabetizandos.

De seguida é apresentado o quadro resumo da análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

Quadro 1: Análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vontade política; • Experiência na implementação da I Estratégia; • Existência de instituições activas na alfabetização; • Ampliação do sistema de colecta de dados de alfabetização com a integração da educação não-formal; • Cerca de 2% do orçamento do MINED aplicado nos Programas de AEA; • Interesse na articulação inter e intra-institucional na implementação de ENF; • Experiência na capacitação de alfabetizadores em cursos de curta duração. 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deficiente articulação, coordenação e comunicação multisectorial; • Reduzido número de instituições públicas e privadas (através da responsabilidade social), envolvidas na AEA; • Não implementação do Manual de procedimentos para o estabelecimento de parcerias; • Deficiente colecta de dados estatísticos em termos quantitativos e qualitativos a todos os níveis na ENF; • Inexistência de um mecanismo que garanta um financiamento da AEA de forma partilhada; • Insuficientes recursos (humanos, financeiros e materiais); • Fragilidade na articulação e coordenação dos fóruns de AEA.
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de políticas (Serviços Cívicos, Acção Social, Trabalho Voluntário, Lei do Mecenato); • Existência de grupos de fóruns de diálogo entre o Governo e Parceiros; • Processos de reformas em curso no País e, em particular, no sector da Educação; • Intenção de implementação da plataforma comum de colecta de informação e disseminação; • Implementação de programas diversificados de AEA; • Existência de mecanismo de responsabilidade social das empresas públicas e privadas. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso na articulação com os Sectores e outros intervenientes na AEA; • Baixo impacto dos programas; • Desistência em massa dos alfabetizandos; • Necessidades de subsistência dos beneficiários; • Fraca adesão de jovens e adultos, em particular, dos homens nos programas de AEA; • Não inclusão do orçamento da AEA no <i>Fast Track Initiative</i>.

Perante as constatações acima, a seguir se apresentam a visão, missão, objectivos e um quadro de acções estratégicas.

2.4. Visão, Missão e Princípios Fundamentais

2.4.1 Visão

Alfabetizar pessoas jovens e adultas de ambos os sexos, não alfabetizadas ou que não tenham concluído o primeiro ciclo do primeiro grau, do nível primário, com idade igual ou superior a 15 anos, com atenção especial à mulher e rapariga e promovida a aprendizagem permanente ao longo da vida.

2.4.2 Missão

Promover a educação básica equitativa e a aprendizagem ao longo da vida para jovens e adultos, em parceria com a Sociedade Civil, reconhecendo a educação como atributo essencial para o desenvolvimento humano, económico, cultural e social, reduzindo a actual taxa de analfabetismo de 48,1% para 30% em 2015, contribuindo desta forma para a redução da pobreza, em Moçambique.

2.4.3. Princípios Fundamentais

Os princípios fundamentais da presente Estratégias são os seguintes:

- ***Direito à Educação.*** A educação é um direito fundamental de todo o cidadão e da humanidade e constitui um instrumento para a afirmação e inserção do indivíduo na vida social, política e económica do país. Este facto justifica a priorização da AEA na acção governativa.
- ***O alinhamento e coerência.*** Todos os pilares da Estratégia estão alinhados às iniciativas constantes nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Educação Para Todos, Programa Quinquenal do Governo e operacionalizados no Plano Estratégico do Sector da Educação. Além do alinhamento vertical entre o nível nacional e local, a estratégia também salienta a coerência entre os pilares, nomeadamente, Acesso e Retenção, Melhoria da Qualidade e Relevância e Reforço da Capacidade Institucional e Organizacional e o estabelecimento de parcerias com os diferentes intervenientes na AEA.
- ***Parcerias e sinergias.*** Reconhece-se que a alfabetização de adultos sempre contou com o envolvimento activo de parceiros. Esta Estratégia reconhece este princípio e recomenda a manutenção e o estabelecimento de uma plataforma comum de trabalho entre os diferentes intervenientes. No entanto, para que estas possam agregar valor à Estratégia, deve ser garantido o alinhamento e coerência, tanto em termos de alocação de recursos, como na abordagem dos processos de ensino-aprendizagem e clarificação da responsabilidade do Estado e de outros intervenientes, para além do uso de mecanismos de estabelecimento de parcerias, onde o MINED actuará como facilitador do processo.

- O *uso da língua materna* como factor indispensável para a aprendizagem inicial na Alfabetização e Educação de Adultos, devendo ser prolongado ao máximo dentro do processo educativo, aliada à capacitação de educadores falantes da línguas maternas, que vão garantir o processo de Ensino/aprendizagem nesta língua, devendo ser equipados com materiais suficientes para prossecução de ensino e aprendizagem incluindo os de lazer.
- *Igualdade de género e a não discriminação* surgem como os dois grandes princípios sobre os quais assenta toda a Estratégia de AEA. A igualdade, para efeitos da Estratégia é, não apenas uma igualdade de direitos (igualdade perante a lei e na lei), mas também de oportunidades e de tratamento no acesso a Programas de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não Formal.
- *Papel do Governo e dos Parceiros*: O Governo assume o papel de facilitador, provedor de políticas, estratégias, currículos, materiais e de monitoria e avaliação. Por outro lado, assegura e promove o crescimento do orçamento do Estado alocado ao sector da educação, de acordo com o Marco de Acção de Belém e, finalmente, os Parceiros e a Sociedade Civil, devendo implementar os programas de AEA e provendo apoio material e financeiro.

III. Desafios e Objectivos

3.1. Desafios da Estratégia

Os desafios que se colocam para a AEA estão relacionados com a disponibilização de Programas de alfabetização de jovens e adultos, formação e capacitação dos recursos humanos, em particular, os alfabetizadores e educadores; a existência de livros didácticos para a alfabetização e pós-alfabetização e a continuação de concepção de políticas e estratégias viradas, não só para o acesso, mas sobretudo, para a qualidade.

Na área do Reforço da Capacidade Institucional, salienta-se a necessidade da continuação da implementação dos dispositivos aprovados que clarificam as atribuições e funções dos Institutos de Formação de Educadores de Adultos (IFEAs), o reforço do subsector em recursos humanos a todos níveis (distrital, provincial e central) e a melhoria da organização.

Consideram-se também desafios a ter em conta, a exiguidade de recursos materiais e financeiros nos diferentes níveis e a fragilidade do sistema de Monitoria e Avaliação, bem como o funcionamento pleno do sistema de colecta, sistematização e disseminação de dados do subsector, com vista à melhoria da gestão dos programas de AEA.

Revela-se importante continuar a estabelecer parcerias entre o MINED, sociedade civil, organismos internacionais bilaterais e multilaterais, instituições governamentais e não-governamentais, para o estabelecimento das formas de articulação no desenvolvimento dos programas de Alfabetização e Educação de Adultos. Especificamente colocam-se os seguintes objectivos:

3.2. Objectivo Geral

O Objectivo Geral da Estratégia de AEA é o de aumentar as oportunidades para que mais jovens e adultos, com especial atenção para mulher e rapariga, sejam alfabetizados, com vista à redução do analfabetismo, através de um conjunto de acções integradas das instituições governamentais e não-governamentais, que contribuam para promoção da cidadania e a participação dos diferentes segmentos da sociedade, no processo de desenvolvimento humano, político-social, económico e cultural do país.

3.3. Objectivos Específicos

De forma a garantir o cumprimento do objectivo acima descrito, a Estratégia vai ser implementada tendo em conta os seguintes objectivos específicos:

- Garantir o acesso e retenção dos Alfabetizandos nos programas de Alfabetização e Educação de Adultos;
- Melhorar a Qualidade e Relevância dos Programas de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não Formal;
- Reforçar a Capacidade Institucional e Organizativa.

3.4. Grupos-Alvo

A Estratégia vai beneficiar a todas as pessoas, com particular atenção para os jovens e adultos de ambos os sexos, em idade activa.

IV. Pilares da Estratégia

4.1. Primeiro Pilar: Acesso e Retenção

O *Acesso e Retenção* configuram-se como sendo os elementos fundamentais para o sucesso da educação e exercício da cidadania, uma vez que, através deles, se resguarda a entrada e permanência de jovens e adultos nos programas de educação, em todos os níveis, saindo com competências e habilidades requeridas de leitura escrita e cálculo, bem como de habilidades para a vida, permitindo enfrentar, de forma sustentável, os desafios crescentes das mudanças e do desenvolvimento.

No contexto desta Estratégia, o *Acesso e Retenção* aos programas de AEA é o primeiro pilar que possibilita o desenvolvimento de acções que contribuem para que jovens e adultos não alfabetizados e que não tenham o ensino primário completo adiram e permaneçam nos programas de educação de adultos.

Nesse sentido, o esforço a ser empreendido é o de criar condições para que estes grupos estejam suficientemente motivados para frequentarem os cursos oferecidos nos programas de AEA e ENF, inserirem-se activamente na sua família e comunidade, actualizarem-se de acordo com as necessidades e prosseguirem os seus estudos até elevados níveis de escolaridade e profissionais adequando-se às exigências sociais. Trata-se aqui de garantir que os grupos-alvo se beneficiem de forma igualitária das oportunidades, de acordo com as suas especificidades.

O pilar *Acesso* é composto por duas áreas distintas nomeadamente: *Mobilização e Sensibilização* e *Acesso e Retenção*. Para cada uma delas existe um conjunto de acções estratégicas que deve ser considerado na elaboração dos planos de acção sectoriais, conforme demonstrado abaixo.

4.2. Segundo Pilar: Melhoria da Qualidade e Relevância

A qualidade de ensino pressupõe um julgamento de mérito que se atribui tanto para o processo quanto para os produtos decorrentes das acções desenvolvidas, que de certa maneira, implica, obviamente, um juízo de valor. A qualidade de ensino tem que ser entendida como satisfazendo critérios bem definidos que expressam: Definição de critérios pedagógicos e sociais; explicitação de indicadores; planificação e execução de estratégias de avaliação mais amplas para validação da qualidade de ensino desejada.

Ao abordar a questão da qualidade de ensino, deve-se analisar as relações e determinantes entre as políticas públicas do sector de educação e qualidade de ensino, para além de outros factores que poderão ser agregados para melhor elucidar as razões e as relações entre as variáveis e factores analisados. À luz do que está contido na estratégia institucional, expresso no Pilar do PEE, a Qualidade, enquadra-se em quatro áreas prioritárias e interdependentes. Essas áreas são:

- i) Desenvolvimento curricular;
- ii) Desenvolvimento de materiais adequados;
- iii) Formação e capacitação de recursos humanos;
- iv) Educação para as habilidades para a vida, prevenção e combate a doenças endémicas incluindo a pandemia do HIV e SIDA, Malária, Cólera e outras.

4.3. Terceiro Pilar: Reforço da Capacidade Institucional

A componente de Reforço e Desenvolvimento da Capacidade Institucional distingue sete (7) áreas e acções fundamentais a ter em conta. Com efeito, o Desenvolvimento do Quadro Institucional e Capacidade Humana e Técnica nacional, dos níveis comunitário, distrital, provincial e central, enquadra-se na componente Reforço/ Desenvolvimento da Capacidade Institucional do PEE.

Para a implementação eficiente e eficaz da Estratégia do Subsector, é necessário, a partir do ano 2010 reforçar e desenvolver a capacidade institucional da DINAEA a nível local, distrital, provincial e central e das organizações da Sociedade Civil envolvidas na implementação de programas de AEA em todo o país.

A prioridade deve ser dada, primeiramente, ao nível local e ir avançando para os outros níveis, pois deve-se partir do princípio de que o centro das atenções reside onde se encontra o processo de ensino-aprendizagem, daí a necessidade de criação de todas as condições essenciais para atingir os resultados desejados. Assim, na implementação da estratégia de reforço da capacidade deve dar-se primazia aos Institutos de Formação de Educadores de Adultos (IFEA's) e às Instituições de Formação Profissional para o auto-emprego e emprego (INEFP e Escolas Técnicas), Institutos de Formação de Professores (IFP's).

Neste contexto, a coordenação e articulação inter e intra-institucional joga um papel fundamental para a consecução do propósito de estabelecimento de um programa integrado de alfabetização no âmbito da Educação Não Formal.

V. Directrizes para a implementação

O presente capítulo refere-se às directrizes gerais para a implementação da Estratégia ao longo dos cinco anos e focaliza-se nos seguintes aspectos: *Responsabilidades, gestão, administração e logística; monitoramento e avaliação e uso e divulgação da informação*. É necessário capacitar os técnicos do Sector da Educação (DINAEA, DPEC's, SDEJT's) e dos actores de outros sectores e parceiros para a articulação e coordenação da implementação da Estratégia de AEA.

5.1. Responsabilidades

Aos parceiros nacionais, através do **Governo nos diferentes níveis**, para além de garantir a articulação e coordenação cabe o papel, em parceria com a **Sociedade Civil, Empresas Públicas e Privadas, Programas e Projectos financiados pelos Parceiros de cooperação, Confissões Religiosas, Escolas, Centros de Alfabetização e Educação de Adultos** e outras formas de organização das comunidades, da provisão de recursos e a implementação dos programas de alfabetização nas suas diferentes formas, incluindo habilidades para vida, nomeadamente *Alfa funcional regular, Alfa rádio, Alfalit, Família Sem Analfabetismo, Reflect* e *Alfa em línguas locais*.

Aos **Parceiros de Cooperação Bilateral ou Multilateral** cabe o papel de apoiar a implementação dos Programas de AEA e ENF, provendo recursos humanos (assistência técnica), materiais e financeiros, além de participarem nas acções de promoção, marketing, advocacia e sensibilização ao nível das suas sedes sobre a importância da implementação da Estratégia, como contributo para ter um *Moçambique Livre do Analfabetismo*.

O Governo através do MINED, por um lado, vai desempenhar o papel de facilitador, provedor de políticas e estratégias, currículo, livros e de monitoria e avaliação da implementação e, por outro lado vai garantir a articulação e coordenação entre os diferentes sectores (nomeadamente Agricultura, Defesa Nacional, Mulher e Acção Social, Juventude e Desportos, Saúde), parceiros de cooperação multilateral e bilateral, sociedade civil, empresas públicas e privadas e confissões religiosas e Movimento de Educação para todos, na implementação da Estratégia, estabelecendo as devidas ligações entre as acções desenvolvidas pelos parceiros e as políticas nacionais, tendo em conta os compromissos internacionais, tanto na área de alfabetização (iniciativa Life e outras), bem como na promoção do desenvolvimento económico e social do País.

5.2. Gestão

A gestão da implementação da Estratégia de AEA, tal como a administração deve continuar da responsabilidade do Governo a nível nacional, o qual estabelece, articula com os sectores, os parceiros de cooperação, a sociedade civil, as empresas públicas e privadas e os Governos locais, para garantir a implementação eficiente e eficaz. A comunicação entre estes diferentes níveis e actores deve ser fluida no tratamento da informação e ágil no processo de tomada de decisões, solução de problemas e resolução de conflitos. A nível provincial e distrital, a gestão dos programas de AEA será da responsabilidade do Sector de alfabetização a esse nível e que de forma coordenada e articulada, garantirá o envolvimento de outros actores, nomeadamente as organizações da Sociedade Civil, Confissões religiosas, Organizações não-governamentais e outros parceiros na implementação da Estratégia de AEA e que tenham a capacidade para angariar e gerir recursos.

5.3. Administração

Para a área administrativa, propõem-se a continuação e aperfeiçoamento do sistema de administração de recursos (em particular, os financeiros) estabelecido, devendo na essência ser

prático e funcional para os diferentes níveis de aplicação e que possa ser facilmente adoptado pelas organizações da Sociedade Civil, parceiras. O sistema deve incluir um instrumento de prestação de contas regulares entre o MINED, organizações parceiras da Sociedade Civil e parceiros/doadores internacionais.

5.4. Logística

A Estratégia privilegia a descentralização baseada no princípio de que o distrito é o pólo de desenvolvimento. Uma das directrizes para a implementação consistirá no levantamento e mapeamento das organizações da SC parceiras que actuam na AEA ao nível distrital. Este levantamento permitirá que se conheça o potencial de cada distrito e, a partir daí, desenhar-se localmente, um plano de administração, gestão e logística da implementação da Estratégia liderado por um *Conselho* que engloba os Técnicos Pedagógicos dos SDEJT's, os Vereadores para a área da Educação, os Membros dos Conselhos Consultivos Distritais (MCCD) e os parceiros.

VI. Estratégias de Financiamento

O Governo tem um potencial para junto dos seus parceiros, do sector privado e outros mobilizar recursos para o desenvolvimento de acções de alfabetização e educação de adultos. Para uma melhor gestão dos recursos destinados a implementação de Programas de Alfabetização e Educação não-Formal preconiza como acção estratégica a criação do Fundo da Alfabetização e Educação não-Formal.

O **Fundo da Alfabetização e Educação não Formal** tem por objectivo gerir recursos destinados ao financiamento de Programas de Alfabetização e Educação não Formal, provenientes do Estado, Parceiros de Cooperação, Empresas Públicas e Privadas, Sociedade Civil e outras formas de participação para apoiar a implementação da Estratégia e garantir a erradicação do analfabetismo em Moçambique.

Para a concretização deste postulado, deverão ser realizadas acções de mobilização e sensibilização para garantir o envolvimento dos potenciais contribuintes destes fundo, que são o governo, sociedade civil, parceiros de cooperação sector privado e outros. Existem outros organismos, em particular, as ONG's internacionais e as confissões religiosas que através de projectos disponibilizam recursos humanos e financeiros para a alfabetização. Estes devem ser estimulados a alimentar o Fundo da alfabetização.

Em seguida propõe-se acções-chave a serem desenvolvidas para a mobilização de recursos para a criação do Fundo Nacional da Alfabetização e Educação não Formal:

- Identificar novas possibilidades de apoio para a alfabetização e educação não formal, através de programas específicos com envolvimento de parceiros de cooperação, agências especializadas, sector privado e outros;
- Maximizar o potencial de financiamento através de alianças/parcerias estratégicas ao nível local, entre o governo, empresas privadas e as ONG's interessadas na erradicação do analfabetismo;
- Criar espaço para novas iniciativas, através de advocacia, fazendo com que as já existentes sejam estimuladas, divulgadas e disseminadas buscando sempre que possível recursos financeiros alternativos ao orçamento do Estado.
- Implementar um Programa Nacional de Alfabetização, baseado entre outras nas seguintes acções:
 - Realizar uma iniciativa presidencial para a promoção da alfabetização para estimular a participação de todas as forças vivas da sociedade;
 - Envolver todos os segmentos da sociedade nas acções de alfabetização;
 - Criar o Fundo de Alfabetização e Educação de Adultos;
 - Produzir e prover materiais para Alfabetização;
 - Massificar a formação de alfabetizadores e educadores de Adultos;
 - Estimular e engajar o sector privado a se envolver nas acções de alfabetização, via responsabilidade social.

VII. Monitoria e Avaliação

7.1. Monitoria

A monitoria irá acompanhar permanentemente a implementação e a execução da Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos. Este processo deverá ocorrer em todos os níveis e deverá alimentar o processo de tomada de decisões quanto às questões relevantes identificadas.

O processo de monitoria geral da implementação da Estratégia é da responsabilidade do Governo, através dos seus órgãos existentes ao nível territorial, nomeadamente a DINAEA, DPEC e os SDEJT, que em parceria com os diferentes actores procederão o acompanhamento da implementação da Estratégia, usando a abordagem dos seis indicadores estratégicos (6Es) da dimensão do desempenho, a saber:

- **Efectividade** - para analisar os impactos dos processos de AEA e ENF, medindo inclusive o grau de satisfação, o valor agregado na implementação da Estratégia;
- **Eficácia** - para aferir a quantidade e qualidade de serviços de AEA e ENF providenciados às partes envolvidas;
- **Eficiência** - a relação entre os serviços providos com os recursos aplicados;
- **Execução** - Realização dos processos de AEA e ENF conforme o estabelecido na Estratégia;
- **Excelência** - Respeito pelos critérios/princípios e padrões de qualidade na execução das actividades de AEA e ENF;
- **Economicidade** – Obtenção e uso de recursos com menor gasto/ónus possível respeitando os requisitos da qualidade exigidos pelo processo.

Será criado um Sistema de Monitoria e Avaliação ao nível do Sector, baseada na abordagem dos 6E's capaz de compilar, tratar e disseminar informações e dados Estatísticos sobre o grau de progresso na implementação da Estratégia, incluindo a elaboração dos respectivos relatórios trimestral, semestral e anualmente.

Ao nível local e depois de passarem por processos de capacitação os técnicos das instituições que representam o MINED teriam a responsabilidade de sistematizar e enviar as informações através dos circuitos de circulação já estabelecidos para a referida Unidade para Sistematização.

7.2. Avaliação

A Avaliação é importante, porque envolve a verificação do grau de alcance dos resultados previstos e assegura que os objectivos e metas específicas estejam a ser alcançados. Esta é crucial, tanto para o Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos, como para a sociedade em geral, para o estabelecimento da confiança dos intervenientes na estratégia.

De forma a assegurar a objectividade da análise, conclusões e recomendações, as avaliações deverão ser feitas por equipas independentes, compostas, principalmente, por especialistas em avaliação de programas de AEA e ENF, tanto nacionais como externas (sempre que se justificar), cuja tarefa será de apreciar, analisar, avaliar e validar quantitativa e qualitativamente os

processos e resultados nas diferentes fases de implementação, usando a abordagem dos 6E's descritos acima, e apresentar recomendações para melhorar e ajustar a Estratégia.

As equipas terão acesso a toda informação disponível que tenha relação com as fases da implementação em todo o País. Poderão deslocar-se às províncias e trabalhar com informantes-chave ao nível das comunidades beneficiárias, alfabetizandos, alfabetizadores, educadores, técnicos das Repartições de AEA e as organizações da Sociedade Civil.

Ao nível micro é, igualmente, necessário ter-se em conta, por um lado, a avaliação dos programas de AEA e ENF sob o ponto de vista restrito da dimensão pedagógica dos programas, quer dizer, à avaliação de resultados do processo de ensino-aprendizagem tais como: o aproveitamento/nível de aprendizagem atingido pelos alfabetizandos, performance dos alfabetizadores, educadores no uso e qualidade dos materiais, grau de desistência, de entre outros elementos do processo de ensino-aprendizagem e, por outro, à recolha e tratamento de dados estatísticos ligados aos Institutos e programas de AEA e ENF que operam no marco da implementação da Estratégia 2010-2015.

7.3. Uso e divulgação da informação

A informação gerada dos processos de monitoramento e avaliação será usada pela DINAEA, outras Direcções Nacionais de Ensino, as Instituições de Ensino Superior, Sociedade Civil, bem como pelos parceiros nacionais e internacionais para atender as áreas e programas que necessitem de ser fortalecidos ou melhorados substancialmente. Os relatórios resultantes das missões de avaliação deverão ser amplamente divulgados tanto ao nível do MINED como entre as organizações da SC e agências internacionais dos países doadores, parceiras na implementação da Estratégia de AEA.

Anexo I: Matriz de Objectivos, Acções Estratégicas e Resultados

Primeiro Pilar: Acesso e Retenção

Objectivo Estratégico 1	Acções Estratégicas para Mobilização e Sensibilização	Resultados Globais Previstos
<p>Mobilizar e sensibilizar todos os actores, para garantir a participação de um número crescente de alfabetizando nas sessões de educação, formação e capacitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promoção dos programas de AEA pelas instituições do Governo, movimentos de advocacia, sector privado, escolas, organizações da sociedade civil e parceiros, para a mobilização e sensibilização. 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgados os Programas de AEA com o envolvimento de diversos intervenientes, em particular, os que trabalham em prol da mulher e rapariga, nos três primeiros anos da implementação.
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de programas de AEA no seio das comunidades e lideranças comunitárias com enfoque na sensibilização dos homens e mulheres para participarem e se manterem até a conclusão, na alfabetização para o empoderamento social, económico e político das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizadas comunidades (mulheres e homens) sobre a importância dos programas de AEA e aumentada a retenção de mulheres e a participação activa dos homens nos programas de AEA.
	<ul style="list-style-type: none"> Realização de estudos para identificar os factores que contribuem para a fraca retenção das mulheres e participação dos homens nos programas de AEA tomando em conta as especificidades regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificadas as causas das desistências das mulheres e pouca afluência dos homens nos programas de AEA e apresentadas recomendações para a sua solução.
	<p>Disseminação dos Programas de Alfabetização e educação de adultos, através dos meios de comunicação e informação, visando o engajamento massivo dos diferentes intervenientes: Instituições do Estado, Municípios, Sindicatos, ONG's, Sector Privado, Sociedade Civil, instituições de ensino superior e Comunicação Social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Formulada e implementada uma estratégia de comunicação e marketing da Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos, até Julho de 2012.
	<ul style="list-style-type: none"> Criação e/ou fortalecimento dos mecanismos para garantir a participação de diferentes intervenientes, quer através de convénios e acordos, quer através de desenvolvimento de centros de aprendizagem comunitária, para a implementação de Programas de AEA. 	<p>Estabelecidos convénios e acordos visando a participação de diferentes actores Empresas Privadas, instituições de ensino superior, Sindicatos, ONG's, Confissões Religiosas, Instituições que trabalham em prol da mulher e rapariga na implementação de programas de AEA.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização de meios técnicos necessários (rádios, televisores, gravadores, CD's entre outros instrumentos) para a realização de Programas massivos de AEA e ENF. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantidos meios técnicos necessários para a implantação de programas de AEA e ENF (rádios, televisores, gravadores, CD's entre outros instrumentos).

Objectivo Estratégico 2	Acções Estratégicas para Acesso e Retenção	Resultados Globais Previstos
Garantir o envolvimento de todos os actores, a todos os níveis, no acesso e Retenção dos alfabetizandos	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de programas de AEA com vista a alfabetizar 5 milhões de pessoas de ambos sexos, com particular enfoque na mulher e rapariga. 	<ul style="list-style-type: none"> Alfabetizados 5 milhões de cidadãos de ambos sexos até das quais mais de metade (60%) são mulheres e raparigas. Realizado o diagnóstico para identificar as causas das desistências da mulher na alfabetização, pouca afluência de homens e desenhadas e implementadas acções para garantir a manutenção e participação.
	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão de jovens abrangidos pelo Serviço Militar Obrigatório, a coberto da Lei do Serviço Cívico, de estudantes das Escolas Primárias Completas, Secundárias Gerais, Ensino Técnico e Formandos dos Institutos de Formação de Professores e IFEA's, em acções de alfabetização e educação de adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> Recrutados e mapeados, anualmente, 30.000 alfabetizadores com idade compreendida entre 18 e 35 anos.
	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de cursos de AEA e ENF para 3.500 (dos quais 2.500 mulheres) membros dos Conselhos Consultivos Distritais e Líderes comunitários até 2015. 	<ul style="list-style-type: none"> Alfabetizados pelo menos 3.500 (2.500 mulheres) membros dos Conselhos Consultivo Distritais.
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de incentivos incluindo os não monetários, para a retenção dos alfabetizadores, em particular do sexo feminino (subsídio, formação, carreira). 	<ul style="list-style-type: none"> Revistos e reajustados e adoptados os subsídios não monetários para estimular os alfabetizadores.
	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de cursos de curta duração, articulados com programas sobre habilidades para a vida e cursos profissionalizantes para a mulher, rapariga, famílias e a comunidade para o empoderamento económico e social dos participantes, até 2015. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementados cursos de curta duração sobre habilidades para a vida e profissionalizantes para grupos alvo específicos em particular mulheres e crianças.
	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação de formadores visando atender as necessidades de segmentos específicos, como mulheres, raparigas, trabalhadores, associações agropecuárias, pessoas com necessidades educativas especiais e com deficiência. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitados 150 formadores dos IFEA's, 165 técnicos provinciais, 2.560 técnicos distritais, com destaque para a mulher, para responder as demandas destes grupos.
	<ul style="list-style-type: none"> Reactivação das comissões de estatística de AEA e ENF e desenvolvimento dos mecanismos de recolha e tratamento de dados, a todos os níveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizados dados estatísticos e informações actualizadas sobre alfabetização e educação de adultos em Moçambique.

Segundo Pilar: Melhoria da Qualidade e Relevância

Objectivo Estratégico 1	Acções Estratégicas para a revisão e o desenvolvimento curricular	Resultados Globais Previstos
<p>Rever o currículo e realizar acções de formação e capacitação, em parceria com outros intervenientes a todos os níveis de profissionais capazes de responder com eficiência e eficácia às atribuições e desafios que se colocam na implementação da Estratégia de AEA</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do currículo com base nos princípios de uma alfabetização Integrada (Literacia e Numeracia), de Educação ao Longo da Vida. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementados de programas AEA com base nos novos Currícula.
	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do currículo de formação de educadores e alfabetizadores ou facilitadores, para integrar temas definidos no plano de estudo sobre “habilidades para a vida”, como transversais em todas as disciplinas de língua, matemática e ciências integradas do 2º e 3º níveis de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> Revistos e implementados os currículos e programas de formação incluindo conteúdos sobre habilidades para a vida.
	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do currículo específico do pós-alfabetização níveis 2 e 3 para adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> Pós-alfabetizados 2.5 milhões pessoas das quais 60% são mulheres e raparigas.
	<ul style="list-style-type: none"> Concepção de programas de formação considerando os aspectos sociais, económicos, culturais, género e outros, com o envolvimento de instituições e ou pessoas especializadas no desenvolvimento curricular para a AEA, articulado com outras políticas e sectores de ENF. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvidos programas de AEA articulado com outras políticas e sectores de ENF.
	<ul style="list-style-type: none"> Concepção de programas para a formação vocacional dos adultos tendo conta as suas necessidades de sobrevivência e formação vocacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Concedidos novos programas baseados nas necessidades de sobrevivência e formação vocacional das pessoas nas comunidades.

Objectivo Estratégico 2	Acções Estratégicas para a concepção e desenvolvimento de materiais de ensino e aprendizagem	Resultados Globais Previstos
Rever e elaborar materiais de alfabetização e de pós-alfabetização (em Português e Línguas locais com base na ortografia padronizada) para a formação e para o ensino-aprendizagem, cobrindo as diferentes componentes do currículo.	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão e actualização onde se mostre necessário dos materiais didáctico/pedagógicos disponíveis, definindo o que será mantido como conteúdos de literacia e numeracia respeitando a diversidade presente nos grupos alvo, os contextos urbano/rural para AEA e as necessidades específicas de homens e mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> • Revistos e elaborados materiais didácticos (livros manuais) para o ensino-aprendizagem de adultos e distribuídos por todos os níveis de AEA
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais de alfabetização e de pós-alfabetização para a formação dos profissionais de AEA e para o ensino-aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Revistos e elaborados materiais didácticos para o ensino-aprendizagem de adultos e distribuídos por todos os centros de AEA até 2015;
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração ou angariação de materiais de alfabetização e de pós-alfabetização 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizados de livros e manuais de literacia e numeracia até 2015 • Fornecidos os materiais básicos (quadros, giz, sebatas e outros) para AEA
	<ul style="list-style-type: none"> • Angariação de livros didácticos e de lazer para suprir a escassez de materiais de leitura 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantidos diversos livros para leitura

Objectivo Estratégico 3	Acções Estratégicas para a educação e para as Habilidades para a Vida, Género, Prevenção e Combate a Doenças Endémicas, incluindo a Pandemia do HIV e SIDA	Resultados Globais Previstos
Conceber e implementar em parceria com outros intervenientes acções no âmbito de Habilidades para a Vida, Género, Prevenção e Combate a Doenças Endémicas incluindo a Pandemia do HIV e SIDA	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do programa integrado virado para as habilidades para a vida, género, prevenção e combate ao HIV e SIDA e outras doenças endémicas em parceria com outros intervenientes. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementado um programa integrado virado para as habilidades para a vida, género, prevenção e combate ao HIV e SIDA e outras doenças endémicas.
	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos Manuais para orientar os Alfabetizadores, Facilitadores, Formadores e educadores na implementação dos cursos sobre habilidades para Vida e Género. 	<ul style="list-style-type: none"> Providos Manuais para formação em habilidades para Vida , incluindo as doenças endémicas.
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de turmas de alfabetização viradas para a formação vocacional sedeada nos locais de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Criadas 500 turmas de alfabetização direccionadas para a formação vocacional até 2015.
	<ul style="list-style-type: none"> Introdução de caixas de depósito/poupança e crédito para depósitos e obtenção créditos para desenvolvimento de pequenos negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> Concedidos 400 créditos para o desenvolvimento de pequenos negócios, como resultado da instalação de caixa de crédito e poupança até 2015.
	<ul style="list-style-type: none"> Certificação da frequência e ou atribuição de equivalência aos alfabetizando que concluíram os cursos. 	<ul style="list-style-type: none"> Concebidos certificados de habilitações e atribuídas equivalência.
	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento dos curandeiros e praticantes da medicina tradicional em acções de capacitação sobre Prevenção e Combate ao HIV e SIDA e outras doenças endémicas, em parceria com o MISAU. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitados 1000 curandeiros e médicos tradicionais em acções de prevenção e Combate ao HIV e SIDA e outras doenças endémicas até 2015, em parceria com o MISAU.
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de bibliotecas, imprensas rurais e centros culturais para leitura e lazer; incluindo o desenvolvimento de materiais didácticos, ilustrativos e que se debruçam sobre temas dos programas de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> Angariados, seleccionados e disponibilizados livros para o reforço da aprendizagem da literacia e numeracia dos adultos na pós-alfabetização dos níveis 2 e 3.
	<ul style="list-style-type: none"> Realização de acções de monitoria e capacitação permanente para superar dificuldades persistentes na implementação de cursos sobre habilidades para vida e formação vocacional dos alfabetizando. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas 200 missões de supervisão e 100 sessões de capacitação sobre cursos de habilidade para vida e formação vocacional até 2015.

Terceiro Pilar: Reforço da Capacidade Institucional

Objectivos Estratégicos 1	Acções Estratégicas para o Desenvolvimento do Quadro Institucional e Capital Humana a todos os níveis	Resultados Globais Previstos
Reforçar a capacidade institucional e organizativa para a implementação efectiva de acções de inerentes ao Subsector	<ul style="list-style-type: none"> Definição e implementação das orientações e dispositivos legais sobre as responsabilidades do Estado através do MINED – DINAEA, parceiros de cooperação, sector Privado, sociedade civil e outros intervenientes. 	<ul style="list-style-type: none"> Definidas as responsabilidades e os papéis de cada interveniente na AEA.
	<ul style="list-style-type: none"> Definição e implementação de planos e programas de formação e capacitação de quadros em matérias de gestão e metodologias de educação de adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitados os técnicos da DINAEA, DPEC's, SDEJT e IFEA's, em andragogia.
	<ul style="list-style-type: none"> Formação e capacitação dos quadros da DINAEA, INDE, IFEA's, DPEC's, SDEJT e IFEA's para melhorar a capacidade de resposta às exigências profissionais na área. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitados técnicos da DINAEA, DPEC's, SDEJT e IFEA's.
	<ul style="list-style-type: none"> Construção, reabilitação e apetrechamento em equipamento e materiais as Instituições de Formação de Quadros de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> Construídas, reabilitadas e apetrechadas em equipamento e materiais as Instituições de Formação de Quadros de AEA.
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um programa informático para a catalogação dos locais onde funcionam os programas, provedores e Centros de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementado o Programa Informático de gestão de informações. Identificar e criar páginas digitais informativas sobre alfabetização.
	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização os Núcleos Pedagógicos de Base em todos os distritos através da formação dos coordenadores em gestão pedagógica, monitoria e avaliação, supervisão e metodologias de educação de adultos e fornecimento de material didáctico. 	<ul style="list-style-type: none"> Revitalizados todos os Núcleos Pedagógicos de Base criados em cada província até 2015.
	<ul style="list-style-type: none"> Realização de acções de capacitação e formação de formadores, educadores profissionais e alfabetizadores voluntários, bem como professores primários em exercício e em formação, nos IFP's em conteúdos relacionados com os novos currículos. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurada a capacitação dos 30 mil Alfabetizadores e 500 novos Educadores por ano.

Objectivos Estratégicos 2	Acções Estratégicas para o Desenvolvimento e Estabelecimento de Parcerias entre o subsector e outros intervenientes	Resultados Globais Previstos
Desenvolver políticas e mecanismos de articulação entre as instituições do Governo e seus Parceiros privilegiando as províncias com elevadas taxas de analfabetismo	<ul style="list-style-type: none"> Actualização da Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos até 2015, de forma a adequar ao contexto, mudanças e dinâmica de desenvolvimento sócio-económico. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborada e divulgada a Estratégia de AEA, até Junho de 2012 e actualizada de forma permanente até 2015.
	<ul style="list-style-type: none"> Continuação do desenvolvimento de políticas alinhadas com o PEE. 	<ul style="list-style-type: none"> Alinhadas políticas e estratégias do subsector de AEA com o PEE.
	<ul style="list-style-type: none"> Alargamento da rede de Instituições de Formação de Educadores de Adultos, dando prioridade às províncias com altas taxas de analfabetismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Alargada a rede de instituições de Formação de Educadores de Adultos e incrementada a taxa de alfabetização nas províncias com altos índices de analfabetismo até 2015.
	<ul style="list-style-type: none"> Transformação do GT de AEA num fórum nacional alargado, às instituições governamentais, Comunicação Social, Empresariado, Sindicatos, e outras forças da Sociedade Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Criado e desenvolvido um Fórum Nacional de AEA composto por representantes do Movimento de Educação para Todos, Sociedade Civil, Empresariado, Sindicato e do MINED, Julho de 2011.
	<ul style="list-style-type: none"> Implementação das acções com vista a angariação de recursos para acções de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecido memorando, convénios e acordo entre o subsector de AEA e os parceiros na área de AEA.

Objectivos Estratégicos 3	Acções Estratégicas para o incremento e garantia do financiamento do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos	Resultados Globais Previstos
Operacionalizar a articulação e parceria com as instituições do Estado, Sociedade Civil, Ensino Superior e Organizações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver as instituições de ensino primário, secundário, técnico profissional, formação de professores e superior, a Sociedade Civil, (ONG's, Confissões Religiosas, Associações Cívicas), Empresariado Local, Comunicação Social e outras organizações interessadas na implementação da estratégia de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantida a participação de diferentes actores na implementação da Estratégia e reactivados e criados fora provinciais e distritais de AEA, até Fevereiro de 2011.
	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a todos os níveis a Estratégia de AEA com a finalidade de estabelecer parcerias, com os diferentes actores envolvidos na implementação de acções de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidado, em parceria com o Movimento de Advocacia e Sensibilização e Mobilização de Recursos para AEA, o funcionamento do subsector, nos níveis Municipal, Distrital, Provincial e Central, até Agosto de 2011.
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover fora provinciais e distritais para a reflexão e troca de experiências sobre o desenvolvimento da AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criados e desenvolvidos fora Provinciais e Distritais de AEA compostos por representantes do Movimento de Educação para Todos, Sociedade Civil, Empresariado, Sindicato e do MINED, Julho de 2011.
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar acções de Advocacia das boas práticas de AEA para a sensibilização e mobilização de mais parcerias com ONG's, Confissões Religiosas, Sindicatos, Associações, Empregadores, instituições de ensino superior e Organismos Internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecidos acordos de parceria, a nível central, provincial e local, através de memorandos de entendimento, contratos-programa e outros.
	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver o sector privado nas acções de alfabetização e educação de adultos através da responsabilidade social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantida a participação do Sector Privado na implementação da AEA, através de responsabilidade social.

Objectivos Estratégicos 4	Acções Estratégicas para o incremento e garantia do financiamento do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos	Resultados Globais Previstos
Angariar e mobilizar fundos no País e estrangeiro para assegurar a implementação efectiva da Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento do Fundo Nacional da Alfabetização e Educação não Formal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecido o Fundo Nacional de Alfabetização e Educação não Formal para a implementação da Estratégia.
	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e mapeamento de potenciais parceiros internacionais, dos sectores público e privado e da sociedade civil para o estabelecimento de mecanismos da sua comparticipação no financiamento da Estratégia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementada a comparticipação de financiamento da Estratégia, com o envolvimento de parceiros internacionais, dos sectores públicos e privados e da sociedade civil.
	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de parceiros nacionais e internacionais para a disponibilização de recursos para a implementação efectiva da Estratégia de AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecidos acordos de cooperação com potenciais parceiros internacionais, públicos, privados e da sociedade civil de forma a aumentar proporção da sua contribuição para a implementação da Estratégia.
	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do grau de crescimento do financiamento e divulgar a lista dos contribuintes e dos resultados das contribuições. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentado semestral e anualmente, aos intervenientes da implementação da Estratégia, um relatório de prestação de contas do uso de fundos nacionais, internacionais e de outras fontes segundo mecanismos e procedimentos previamente acordados.
	<ul style="list-style-type: none"> • Reajustamento e divulgação permanente do Diploma Ministerial sobre o pagamento de subsídio aos alfabetizadores voluntários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementado de forma proporcional até 40%, o total de fundos para custear os subsídios dos alfabetizadores.
	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão e actualização do Manual de Procedimentos para Implementação da parceria definido pela DINAEA em 2003. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisto o Manual de Procedimentos.

Objectivos Estratégicos 5	Acções Estratégicas para articulação com Instituições do Estado e Ensino Superior e	Resultados Globais Previstos
Assegurar a participação de estudantes em acções de alfabetização através de assinatura de memorandos de entendimento entre o MINED e instituições do ensino superior	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de memorando de entendimento entre o MINED e as instituições de ensino superior vocacionadas para a AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecidos memorandos de entendimento entre o MINED e as instituições de ensino superior.
	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de programas de Estágio para os finalistas de instituições de ensino superior (IES). 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizados estágios nos Centros de Formação em alfabetização e educação de adultos pelos finalistas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de Programas de alfabetização nas acções desenvolvidas pelas instituições de ensino superior, sector privado (responsabilidade social) e sociedade civil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementados Programas de AEA pelas instituições de ensino superior, sector privado e sociedade civil.

Objectivos Estratégicos 6	Acções Estratégicas param Reforço do envolvimento dos Governos Locais	Resultados Globais Previstos
Apoiar os Governos locais na organização, planificação e implementação de Actividades de AEA	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de Alfabetização e Educação de Adultos na planificação e orçamentação das actividades dos governos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementadas acções de AEA pelos governos locais.
	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento dos governos locais na provisão de meios e recursos para a viabilização da AEA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantidos os meios para a implementação de AEA ao nível dos distritos Postos Administrativos, Localidades e Aldeias.

Anexo II: Cronograma de Acções e Custos da Implementação da Estratégia

Pilar	Objectivos Estratégicos	Calendário de Desembolso			Orçamento	
		I ano (2011)	II ano (2012)	Ano III (2013)	Em Mt	Em USD
Acesso e Retenção	1. Mobilizar e sensibilizar todos os actores, a todos os níveis, para garantir que, um cada vez mais crescente número de alfabetizandos participe nas sessões de formação e capacitação.	1.350.000	1.350.000	1.350.000	4.050.000	115.714,2
	2. Garantir o envolvimento de todos os actores, a todos os níveis, no acesso e Retenção dos alfabetizandos.	1.900.000	1.900.000	1.900.000	5.900.000	162.857,1
Melhoria da Qualidade e Relevância	3. Rever e elaborar materiais de alfabetização e de pós-alfabetização (em Português e Línguas Maternas com base na ortografia padronizada) para a formação e para o ensino-aprendizagem, cobrindo as diferentes componentes do currículo, em parceria com a Sociedade Civil.	21.750.000	17.750.000	16.000.000	55.430.000	1.583.714,2
	4. Rever o currículo e realizar acções de formação e capacitação, em parceria com outros intervenientes a todos os níveis profissionais capazes de responder com eficiência e eficácia às atribuições e desafios que se colocam na implementação da Estratégia de AEA.	900.000	900.000	900.000	2.700.000	72.972,9
	5. Conceber e implementar em parceria com outros intervenientes acções para a educação e para as Habilidades para a Vida, Prevenção e Combate a Área – Doenças Endémicas Incluindo a Pandemia do HIV e SIDA.	350.000	350.000	350.000	1.050.000	30.000
Reforço da Capacidade Institucional e Organizativa	6. Reforçar a capacidade institucional e organizativa para a implementação efectiva de acções de alfabetização e educação de adultos de acordo com a actual demanda no Subsector.	112.679.000	112.679.000	112.679.000	338.037.000	9.658.200
	7. Desenvolver políticas e estratégias que tem em conta a realidade social e cultural do País que visem a melhoria do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos e privilegiem a equidade de género.	3.500.000	-----	-----	3.500.000	100.000
	8. Operacionalizar a articulação e parceria com as instituições do Estado, Sociedade Civil, Ensino Superior e Organizações Internacionais.	350.000	350.000	350.000	1.050.000	30.000
	9. Implementar acções para mobilização e disponibilização de fundos nacionais e internacionais, que assegurem a implementação efectiva da Estratégia, baseada nos princípios de transparência, eficiência e eficácia.	350.000	350.000	350.000	1.050.000	30.000
	10. Assegurar a articulação entre o MINED e Instituições do Ensino Superior na realização da missão de alfabetização e Educação de Adultos .	200.000	200.000	200.000	600.000	17.142
	11. Apoiar os Governos locais na organização, planificação e implementação de Actividades de AEA, como parte da sua agenda de governação e garante de sustentabilidade da Alfabetização.	272.183	272.183	272.183	816.550	23.330
	TOTAL GERAL	143.251.183 MT USD 4.102.890,9	134.741.183 3.888.605,2	132.451.183 MT USD 3.838.605,2	MT 411.483.550	USD 11.708.216

O Orçamento total previsto é de **411.483.550** em Meticais o que corresponde a **11.830.101 USD**²

² Câmbio Médio: 34,95Mt (Direcção Nacional de Orçamento, 2010)

